

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO TAPERA, EM RIACHO DOS MACHADOS, MG¹

Ana Paula Alves Silva Abou Lteif²

Nora Beatriz Presno Amodeo³

Marcelo Miná Dias⁴

José Ambrósio Ferreira Neto⁵

RESUMO

O presente trabalho analisa a construção social de alternativas de desenvolvimento, expressa por meio da proposta da agroecologia, trazendo como referência empírica para análise a experiência em agroecologia de um assentamento rural. Esse assentamento, denominado Tapera, está localizado no município de Riacho dos Machados, na região norte do estado de Minas Gerais, e é assessorado técnica e politicamente por uma organização da sociedade civil, mais precisamente por uma organização não governamental (ONG) dedicada ao desenvolvimento rural, que tem como proposta promover o desenvolvimento rural sustentável, fundamentado nos princípios da agroecologia. Buscou-se compreender a emergência de concepções e propostas alternativas de desenvolvimento e a mobilização da sociedade civil organizada diante de problemas socioambientais, sobretudo aqueles relacionados à agricultura.

Termos para indexação: desenvolvimento, mediadores sociais, organizações não governamentais.

¹ Este trabalho apresenta resultados da dissertação de Mestrado da primeira autora, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2008.

² Geógrafa, Mestre em Extensão Rural, R. Castelo de Lamego, 189/404, Castelo, CEP 31330-130 Belo Horizonte, MG. anapaulalteif@yahoo.com.br

³ Engenheira-agrônoma, Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professora adjunta do Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Campus UFV, s/n, Departamento de Economia Rural, CEP 36570-000 Viçosa, MG. npresno@ufv.br

⁴ Engenheiro-agrônomo, Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV. minad@ufv.br

⁵ Sociólogo, Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV. ambrosio@ufv.br

A. P. A. S. A. Lteif et al.

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE AGROECOLOGY IN
THE SETTLEMENT OF TAPERA, IN THE CITY OF RIACHO DOS MACHADOS,
STATE OF MINAS GERAIS, BRAZIL

ABSTRACT

This paper analyzes the social construction of development alternatives, expressed through the agroecological proposal, by discussing, as an empirical reference for analysis, the experience of a rural settlement on agroecology. This settlement is called Tapera and is located in the municipality of Riacho dos Machados, in the northern area of the state of Minas Gerais, Brazil. It receives technical and political advice from an organization of the civil society or, more precisely, a non-governmental organization (NGO) dedicated to rural development, which promotes sustainable rural development based on the agroecological principles. This paper sought to understand the emergence of alternative conceptions and proposals of development, and the mobilization of the organized civil society, in the face of social and environmental problems, above all, those related to the agriculture.

Index terms: development, non-governmental organizations, social mediators.

INTRODUÇÃO

Atualmente as formas produtivas em assentamentos rurais têm sido alvo de debates e de problematização tanto no âmbito acadêmico quanto no campo político, fazendo-se presente a discussão acerca da concepção do modelo preferencial de uso da terra e de proposições de uso sustentável dos recursos naturais como um elemento importante para obter a viabilidade econômica do modelo produtivo a ser adotado. Argumenta-se que a opção por um modelo de produção convencional ou alternativo em assentamentos rurais vincula-se às especificidades que compõem a história de constituição dos assentamentos e de seus projetos, perpassando pela presença de mediadores sociais inseridos no processo de luta pela terra, e pela existência e modelo de assistência técnica e extensão rural – seja esta governamental, privada ou promovida por organizações não governamentais (ONGs) –, bem como pela história de vida dos assentados, entre outros fatores conjunturais e estruturais intervenientes.

Dentro desse espectro de possibilidades que condicionam a opção pela adoção de um determinado modelo produtivo em assentamentos, a agroecologia, como princípio orientador de práticas agrícolas alternativas ao modelo convencional, químico-mecanizado, raramente tem se constituído como uma

opção para a organização das formas produtivas em assentamentos rurais. De acordo com Leite et al. (2004), as atividades produtivas nos assentamentos rurais, selecionados pelo estudo por eles realizado, demonstram que os assentados optam predominantemente por adotar o “pacote tecnológico” convencional.

Tendo por base essa realidade, o presente trabalho abordará como se constrói uma proposta alternativa de desenvolvimento rural, expressa por meio da agroecologia, em oposição ou complementaridade às políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro e direcionadas aos agricultores familiares, mais especificamente aos agricultores assentados em projetos de reforma agrária. Para tanto, a análise aqui realizada circunscreve-se a um universo geograficamente delimitado, trazendo como referência empírica a experiência em agroecologia do Projeto de Assentamento Rural denominado “Assentamento Tapera”, também referido neste trabalho como PA Tapera. Localizado na região norte de Minas Gerais, no município de Riacho dos Machados, nesse assentamento, há práticas agrícolas que são compreendidas pelos mediadores sociais atuantes na região como “agroecológicas”.

O Assentamento Tapera foi criado em 1995 e é composto por 41 famílias, representadas predominantemente por posseiros da fazenda desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para sua instalação, além de outras famílias de agricultores sem-terra, moradoras das adjacências da área desapropriada. As unidades familiares estão distribuídas em parcelas com área média de 47 hectares. A exploração das parcelas é individual, porém, existem áreas produtivas e bens de produção (infraestrutura e equipamentos) destinados ao uso coletivo. Esse assentamento é assessorado técnica e politicamente por uma organização da sociedade civil designada Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), que possui como proposta a promoção do desenvolvimento rural fundamentado nos princípios da agroecologia.

Pressupõe-se que o desenvolvimento de práticas agrícolas baseadas em princípios agroecológicos represente uma possível e potencial estratégia de sobrevivência para as populações rurais relegadas, excluídas ou à margem do processo de modernização da agricultura brasileira. Mais do que isso, potencialmente poderá também contribuir para a sustentabilidade ambiental, cultural e sociopolítica destas. A redução dos custos de produção derivados da eli-

minação ou diminuição do uso de insumos externos, a utilização de técnicas e tecnologias mais adaptadas à realidade socioambiental local e o baixo impacto produzido sobre o ambiente, graças às formas de manejo adotadas pelo sistema produtivo agroecológico, além de outros fatores, contribuem para menor dependência, maior estabilidade e maior sustentabilidade, significando, assim, uma estratégia de sobrevivência e emancipação política, especialmente para agricultores menos capitalizados.

Salienta-se que a agroecologia não pode ser pensada como técnica de manejo de sistemas agrícolas ou como um “pacote” destinado aos assentamentos rurais.

Faz-se necessário um conjunto de medidas estruturais que atendam aos demandantes dessa “nova realidade” e, para tanto, é de fundamental importância perceber as especificidades na conformação do cenário político conjuntural dos assentamentos rurais, podendo os mediadores sociais agir ou não como catalisadores do processo de transição de modelo. A construção social de um “modelo” de agricultura alternativo ao convencional requer uma ampla mudança na esfera institucional do Estado no que se refere ao repensar de políticas públicas agrárias e agrícolas, visando o pleno desenvolvimento do meio rural.

Assim, a construção social da agroecologia poderá ser visualizada por meio de um caso que conforma certas especificidades, tais como: 1) acontece em uma área de assentamento rural, com todas as limitações e potencialidades inerentes, em região semiárida, cuja fertilidade do solo foi questionada quanto à possibilidade de implantação de um assentamento rural; 2) o PA Tapera consta, atualmente, como um dos poucos assentamentos rurais em Minas Gerais em que os agricultores não se encontram endividados.

O presente artigo está estruturado de modo que o leitor possa compreender, de modo mais amplo, as motivações para a emergência de propostas alternativas de desenvolvimento, expressas em oposição ou em complementaridade à concepção hegemônica de desenvolvimento, remetendo-se à construção da ideia do “alternativo” na agricultura brasileira, e o papel dos mediadores sociais nesse processo. Com base nessa argumentação, é analisada a experiência agroecológica do Assentamento Tapera, apresentando-se elementos explicativos para a construção e a sustentação dessa experiência.

Desenvolvimento e modernização da agricultura brasileira

A construção social da ideia de desenvolvimento passou, ao longo dos séculos, por enfoques diversos, permanecendo associada à ideia de crescimento econômico, modernização, evolução e progresso, constituindo-se em um mecanismo capaz de provocar mudanças na estrutura e na dinâmica da sociedade. Para Esteva (2000, p. 61), a noção de desenvolvimento ocupa “o centro de uma constelação semântica incrível e poderosa”. Segundo ele, não há outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e sobre o comportamento humano, ao mesmo tempo que expressa uma ineficácia e incapacidade de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento. Essa ineficácia se deve à multiplicidade de enfoques teóricos, conceitos, sentidos e operacionalidade que se tem dado ao termo “desenvolvimento”. Ao mesmo tempo, essa ineficácia muitas vezes aproveita-se do seu poder para escamotear as reais intenções que não querem ser explicitamente esclarecidas pelas propostas de desenvolvimento.

Somente depois de decorridas algumas décadas de promoção do desenvolvimento, alguns setores da sociedade civil, entre eles os intelectuais, iniciaram uma leitura mais crítica dos processos de desenvolvimento que estavam em curso. A origem de tais análises teóricas remonta ao início da década de 1970, desdobrando-se no que Santos e Rodríguez Garavito (2005, p. 45) designam “teoria do desenvolvimento alternativo”, composta por uma multiplicidade de propostas formuladas por críticos aos pressupostos e resultados dos programas de desenvolvimento que produziam o modelo de desenvolvimento hegemônico. Entretanto, por um longo período, a conotação advinda do termo “desenvolvimento” geralmente permaneceu relacionada à ideia de que este é sempre benéfico e desejável pelas e para as sociedades.

Entre as elaborações teóricas que abordavam o desenvolvimento, aquela que alcançou maior influência política – adquirindo o poder de orientar a elaboração de políticas públicas e nortear a ação de agências multilaterais de promoção do desenvolvimento – foi designada no Brasil, por seus críticos, “modelo dominante de desenvolvimento”. O modelo dominante, também chamado de hegemônico, se caracterizaria pela ênfase dada ao desenvolvimento econômico em detrimento das outras dimensões envolvidas, destacando-se também o processo de difusão de ideias e valores ocidentais, e da lógica da modernização e industrialização direcionadas ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (DIAS, 2004).

A concepção dominante do desenvolvimento trazia como proposição que os países-alvo das ações de promoção do desenvolvimento rompessem com a tradição, de modo a atingir o progresso, fato que a industrialização e a modernização assegurariam. Tal representação do que seria o desenvolvimento, como se pode notar, está bastante impregnada da noção evolucionista, como se existisse um caminho único a ser percorrido por toda e qualquer sociedade e, à medida que fosse adotando o padrão “moderno”, sucessivamente evoluiria, isto é, se desenvolveria.

Essa concepção, evidentemente, convivia com outras abordagens, que questionavam as premissas e pressupostos basilares da concepção dominante, não representando, no entanto, uma projeção política no intuito de orientar políticas de promoção do desenvolvimento. Essa concepção hegemônica transformou-se em um projeto civilizatório, que foi difundido e implantado em diversos países, para alcançar o padrão de desenvolvimento dos chamados países desenvolvidos (GONÇALVES, 2004b). O referido conceito de desenvolvimento pode ser questionado, uma vez que está unicamente associado à noção de crescimento econômico, relacionando-se ao incremento do Produto Interno Bruto, à elevação da renda per capita, à industrialização, e à modernização ou avanço tecnológico. Todavia, tais fatores não significam necessariamente uma melhoria nas condições de vida da população, em relação ao conceito de desenvolvimento elaborado por Amartya Sen⁶ (2000, p. 10), como expressão de um processo de “[...] eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas que exercerem sua condição de agente”.

Assim, os resultados da adoção do modelo de desenvolvimento hegemônico pelos países subdesenvolvidos, verificados no decorrer do tempo, evidenciaram uma terrível contradição, já que fomentavam ainda mais o subdesenvolvimento, induzindo ao crescimento das desigualdades sociais e das privações de direitos básicos e liberdades individuais. Além disso, avançava-se na degrada-

⁶ Para Sen (2000), as liberdades não são apenas os fins do desenvolvimento, mas o meio primordial pelo qual ele se assegura, e isso implica em uma redefinição radical da compreensão do desenvolvimento e dos modos e meios de promovê-lo. A expansão das liberdades substantivas está intrinsecamente ligada às oportunidades econômicas (facilidade de utilização de recursos econômicos para consumo e produção), às liberdades políticas (liberdade de expressão, direitos políticos e eleições livres), às facilidades sociais (educação, saúde, etc.), às garantias de transparência e à segurança protetora (segurança social ao desemprego, fome, etc.) (SEN, 2000).

ção ambiental e na espoliação dos recursos, desrespeitando a diversidade cultural e a pluralidade epistemológica do mundo “subdesenvolvido” (ESTEVA, 2000; GONÇALVES, 2004a; SANTOS, 2005; SEN, 2000).

O modelo de desenvolvimento hegemônico preconizado pelo sistema capitalista, sobretudo o pós-Segunda Guerra Mundial, materializou-se no meio rural por meio da transferência de pacotes tecnológicos da Revolução Verde⁷, cujo objetivo compreendia a modernização da agricultura e o aumento da produtividade agrícola, priorizando, nesse processo, o conhecimento acadêmico-científico. Para alcançar tal objetivo, foi necessário, antes de tudo, investir alto em pesquisa científica para geração de tecnologias, sendo igualmente indispensável criar uma estrutura financeira, logística e educacional para difundi-las e, por último, fazer que os produtores adotassem tais tecnologias. Isso implicava necessariamente, por parte do produtor rural, possuir terra e trabalho disponível, bem como capital para aquisição dos bens de produção – isto é, possuir fatores de produção (terra, trabalho e capital) em quantidades suficientes para a produção agrícola em escala, o que garantiria a competitividade e a rentabilidade.

Os agricultores menos capitalizados, com condições restritas de incorporação do pacote tecnológico e acesso a ele, frequentemente se endividaram, pois o aumento dos custos de produção, derivado da adoção do referido “pacote”, não correspondia necessariamente às expectativas de altas taxas de produtividade e rentabilidade agrícola. Ademais, muitos, em virtude da competitividade desigual com grandes produtores, não conseguiram manter-se na atividade agrícola e migraram para os centros urbanos. Houve ainda uma parcela de agricultores, geralmente pequenos proprietários ou posseiros, como é o caso dos agricultores abrangidos pelo presente estudo, os quais, em razão de as políticas públicas vigentes não proporcionarem condições de acesso ao pacote tecnológico, ficaram completamente alheios à “modernização”. Essa categoria, apesar de não ter sido “alvo” das intenções modernizadoras do Estado, manteve-se no espaço rural.

⁷ Acentuada apropriação industrial da produção agropecuária – propiciada por inovações físico-químicas, mecânicas, biológicas e agrônômicas – com vista a controlar os condicionantes naturais de produção e obter a máxima produtividade (GOODMAN et al., 1993; SILVA, 1999).

Entretanto, não se podem negar os efeitos benéficos que a adoção desse modelo causou no que tange ao aumento da produção e da produtividade agrícola, o que provocou a queda nos preços dos alimentos⁸, fato decorrente do progresso tecnológico na agricultura. Contudo, por uma série de fatores, tal progresso não resultou na modernização do espaço agrário de forma generalizada, mas foi parcial, conforme demonstram estudos, pesquisas e censos agropecuários em todo o mundo, pois apenas alguns segmentos do grupo de produtores rurais conseguiram modernizar o processo produtivo de suas propriedades (GRAZIANO NETO, 1985; MARTINS, 1981; MOONEY, 1987; SILVA; HOFFMAN, 1975).

Além disso, a modernização do setor agrícola deu origem a sistemas produtivos que requerem constante intervenção humana, em razão da constante substituição e apropriação da natureza e dos processos naturais pela técnica. É por tal efeito que, nas áreas onde a moderna agricultura se instala, evidencia-se a necessidade de introdução de uma racionalidade externa a essa área. Baseando-se em uma lógica exógena e distante da área de ação, verifica-se também a demanda por bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, etc.) e técnicos (pesquisa, assistência técnica) que condicionam todo processo de produção agrícola, do plantio à comercialização, ocasionando, em decorrência da racionalização das práticas, uma certa homogeneização (SANTOS, 2001).

Quanto a isso, são conhecidos e recorrentemente relatados a insustentabilidade do modelo de produção agrícola químico-mecanizado (ALMEIDA, 1999; ALMEIDA et al., 2001; ALTIERI, 1989; SEVILLA GUZMÁN, 1997) e os impactos negativos resultantes de sua adoção, tanto para as populações rurais – criando uma maior dependência de insumos externos e uma relativa perda da autonomia produtiva, econômica, cultural e política –, quanto para o meio ambiente. Afirma-se, com base em diversos estudos e análises, que o modelo químico-mecanizado é insustentável, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também em sua dimensão socioeconômica e política, princi-

⁸ Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entre os anos de 1950 e 2000, a produção mundial de grãos aumentou 2,9 vezes; entretanto, o consumo de fertilizantes aumentou 10 vezes. A produtividade anual cresceu, em média, 2,1% ao ano entre 1950 e 1999. A diminuição dos preços ocorreu em quase todos os produtos agrícolas e não se deveu apenas ao aumento da produtividade, mas também ao intenso investimento em capital, à expansão da área cultivada, e a melhorias no sistema de armazenamento e de toda logística responsável pelo escoamento dos produtos (GONÇALVES, 2004b).

palmente quando se têm em foco agricultores familiares.

Considerando que o processo de modernização no meio rural foi conservador⁹, e o desenvolvimento se deu de forma desigual e parcial – agravando a concentração fundiária e, por conseguinte, acentuando as disputas sociais em torno da questão da terra no Brasil –, a sociedade civil organiza-se em torno de demandas por alternativas de desenvolvimento e pelo acesso a direitos legitimados.

Agroecologia: a emergência e a construção do “alternativo” na agricultura brasileira

A partir da década de 1960, quando a sociedade civil começou a sentir os efeitos controversos do desenvolvimento e a se conscientizar sobre seus riscos, em face da irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e de consumo, a crise ambiental passou a ser percebida como uma ameaça real. Ao se confrontar com situações desafiadoras, derivadas dos processos modernizadores e desenvolvimentistas, articulados ora pelo Estado, ora pelo capital industrial ou financeiro, como a reprodução das desigualdades sociais e o crescimento da degradação ambiental, a sociedade civil organizou-se e articulou-se para se contrapor e reverter o processo que (re)criava tais desigualdades. Desse modo, começou a questionar o desenvolvimento, ou melhor, o “modelo” de desenvolvimento hegemônico. Dessa forma, a racionalidade econômica e os paradigmas teóricos que fundamentaram e legitimaram o desenvolvimento foram também questionados (LEFF, 2005).

Uma das formas concretas de questionamento ao desenvolvimento tal como estava posto foi feita pelo movimento ambientalista, trazendo à tona a discussão segundo a qual deve haver limites ao desenvolvimento e, conseqüentemente, ao domínio da natureza (GONÇALVES, 2004a). Dos “limites do crescimento econômico”, passando pelas estratégias do “codesenvolvimento” ao discurso do “desenvolvimento sustentável”, transcorreram-se duas décadas em que a questão ambiental foi colocada em pauta na discussão dos rumos do

⁹ No Brasil, a modernização agrícola, além de conservadora, foi parcial, pois se concentrou em algumas regiões do País, privilegiou cultivos de determinados produtos, sobretudo daqueles voltados para a exportação, e beneficiou, por meio de créditos e incentivos, uma restrita parcela de produtores rurais, principalmente os grandes proprietários rurais (GRAZIANO NETO, 1985).

desenvolvimento¹⁰. Nesse ínterim, convenções científicas, publicações de trabalhos científicos e de relatórios oficiais e declarações vão dando substância à discussão e imprimindo um caráter normativo ao desenvolvimento, sobretudo no que tange à materialização de seu significado social e ambiental.

As consequências do desenvolvimento no meio rural fizeram que organizações representativas dos excluídos, “pobres no campo”, agissem a fim de buscar por alternativas. Essas alternativas de desenvolvimento para o meio rural se reuniram inicialmente em torno de proposições da agricultura alternativa e, posteriormente, da agroecologia. Pode-se englobar, sob o signo do alternativo, um conjunto de reflexões críticas, técnicas e práticas, correntes, experiências e propostas alternativas para a agricultura, que divergiam das premissas básicas da concepção de desenvolvimento dominante.

As correntes de agricultura alternativa¹¹ representam experiências alternativas ao padrão moderno na agricultura, dotadas de princípios e intencionalidades divergentes dos característicos da agricultura convencional, químico-mecanizada.

Reconhece-se que o movimento de agricultura alternativa teve origem na década de 1970, embora as correntes de agricultura alternativa remontem à década de 1920. A emergência desse movimento tem sido associada às influências sofridas pelo movimento da contracultura e aos movimentos de contestação ao capitalismo e à sociedade do consumo da década de 1970 (BRANDENBURG, 2002). Desde o final da década de 1980, tem

¹⁰ O Relatório intitulado *Os Limites do Crescimento* foi publicado pelo Clube de Roma em 1972, em razão da realização da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, na Suécia. Enfatizava-se a necessidade urgente de reverter a tendência de crescimento (da população, da industrialização, da poluição), causadora da espoliação dos recursos naturais, que colocava em jogo o futuro da humanidade. O termo “desenvolvimento sustentável”, trazido inicialmente em 1987 pelo Relatório Nosso Futuro Comum, foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, ou Comissão Brundtland. Ganhou maior notoriedade com outra Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. A ideia de desenvolvimento sustentável partiu do conceito de ecodesenvolvimento, (re)elaborado por Ignacy Sachs, que o conceitua como a busca de padrões de aproveitamento dos recursos naturais que atendam aos critérios de justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica.

¹¹ A década de 1920 constituiu-se no marco temporal para o surgimento das primeiras experiências contrárias à adubação química. A base geográfica da formulação dos primeiros princípios de agricultura alternativa foi a Europa, com a criação da Agricultura Biodinâmica; seguida pela Agricultura Orgânica, difundida mais tarde para os Estados Unidos; da Agricultura Biológica, originada também na Europa; e da Agricultura Natural, originada no Japão (EHLERS, 1999).

sido abandonado o termo “agricultura alternativa” e tem ganhado espaço e reconhecimento social e acadêmico o termo “agroecologia”.

Entende-se que a agroecologia se fundamenta tanto no conhecimento científico quanto no conhecimento tradicional, contudo, não consiste meramente em um conjunto de técnicas agrícolas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais. A agroecologia abarca uma perspectiva mais ampla de direcionamento do campo social, econômico e político, que ultrapassa a “técnica” em si.¹² Da mesma forma que é descrito por Hecht (1999), o termo “agroecologia” traz consigo a ideia do normativo ou prescritivo, pois geralmente as definições implicam em direcionamentos propositivos e orientadores da sociedade e da produção que ultrapassam os limites da propriedade rural. Geralmente as definições sobre o conceito de agroecologia estão relacionadas a um tipo de agricultura cuja produção está normatizada por proposições de uso sustentável dos recursos naturais e por prescrições sobre as consequências desse uso para a sociedade.

No campo científico, a formação epistemológica da agroecologia tem impulso nas ciências agrárias, especialmente na agronomia¹³, sua disciplina *mater*, e sofre influências da ecologia, responsável pelo marco conceitual e por uma maior consistência teórica e argumentativa; do ambientalismo, que proporcionou a ela o marco filosófico normativo; e dos estudos de sistemas nativos de produção dedicados a analisar a lógica das práticas tradicionais e interpretá-las como possíveis alternativas; bem como dos estudos de desenvolvimento rural e seus efeitos nos países subdesenvolvidos (HECHT, 1999).

Entretanto, questiona-se: o que é agroecologia? É uma ciência, um conjunto de conhecimentos que dão origem a uma disciplina científica, um novo paradigma epistemológico ou um conjunto de técnicas e práticas na agricultura que se propõem como mais sustentáveis? As respostas a esse questionamento serão tantas e tão diversificadas quanto as orientações que se têm dado à agroecologia, ou seja, relacionam-se ao direcionamento dado às experiências realizadas, à apropriação pelos atores e movimentos sociais, aos sentidos que os mediadores sociais constroem, e ao modo como o Estado tem se apropriado do conceito e o transformado em políticas públicas. Enfim, tais respostas transcendem o que tem sido produzido no interior do campo científico

¹² Para maiores detalhes sobre princípios, conceitos e fundamentos da agroecologia, consultar Lteif (2008).

¹³ Atualmente, diversas outras áreas do conhecimento contribuem para a discussão.

propriamente dito. O que se pode afirmar é que existem concepções derivadas das distintas formas de se abordar, compreender e assimilar conceitualmente a agroecologia, e cada uma das possibilidades é, em grande medida, resultante de construções teóricas e representações que cada indivíduo ou grupo social elabora.

Contudo, entende-se que a produção do conhecimento agroecológico extrapola o campo científico em si. Infere-se que as decisões relacionadas à agroecologia são negociadas simbolicamente em campos transepistêmicos, que envolvem recursos e relacionamentos entre cientistas, políticos, empresários, agricultores familiares, dirigentes de órgão públicos, movimentos sociais e organizações não governamentais, entre outros atores.

Mediadores sociais e desenvolvimento rural

Entre os atores que estão construindo os significados da agroecologia, as organizações não governamentais (ONGs), especialmente no Brasil, cumprem papel primordial. Essas organizações aparecem inicialmente como entidades militantes de caráter não partidário; surgem em consequência dos limites de atuação do Estado, constituindo uma identidade opositora a este, e tornam-se aliadas aos movimentos sociais e a organizações de setores progressistas da Igreja, com os quais partilham ideias e objetivos e constroem propostas de atuação. Esses atores em conjunto, graças à leitura crítica que faziam dos processos de desenvolvimento promovidos pelo Estado e tendo por base a conjuntura política do período militar, entendiam que a organização, o fortalecimento político e a conscientização dos excluídos e marginalizados eram condições primordiais para modificar a realidade social desfavorável destes (DIAS, 2004; LANDIM, 1993).

As ONGs, segundo Novaes (1994), têm na mediação a sua razão de ser. Elas são espaços por excelência de formação de profissionais da mediação¹⁴. As ONGs que fazem a mediação no espaço rural brasileiro se originaram em

¹⁴ A mediação é aqui entendida como um processo de intervenção numa dada realidade social para promover mudanças, reforçar símbolos e reafirmar valores na estrutura social existente. Ressalta-se que o processo de mediação traz uma proposição de ação social cuja implicação dependerá do grupo de interesse que o mediador representa e do objetivo pelo qual media, podendo conduzir tanto para o continuísmo e a reprodução de práticas sociais desiguais, como para o questionamento da dominação e a transformação social (NOVAES, 1994).

grande parte das organizações de assessoria aos trabalhadores rurais e aos movimentos sociais no campo, criadas em sua maioria na década de 1980, advindas de grupos nascidos dentro das pastorais da Igreja Católica e Protestante e influenciadas por setores progressistas, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Tais organizações, que mais tarde tomaram a conformação e a denominação de ONGs com o objetivo de contribuir para o processo de desenvolvimento rural, se colocarão, desde então, a serviço de setores da sociedade que estiveram historicamente à margem da modernização no meio rural e, ao mesmo tempo, sofreram os efeitos da parcialidade desta (ALMEIDA; PETERSEN, 2004; GOHN, 1997).

No caso estudado, tem-se a intervenção de uma ONG dedicada ao desenvolvimento rural, fundamentada nos princípios da agroecologia, em apoio ao processo de constituição e consolidação do assentamento Tapera, atuando por meio do assessoramento técnico e político aos assentados. Afirma-se que a atuação dos mediadores sociais no assentamento em questão desencadeou um processo de ação reflexiva por parte dos atores envolvidos, criando oportunidades políticas para realizar mudanças sociais desejadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a construção agroecológica no Projeto de Assentamento (PA) Tapera, foram utilizados os métodos da observação direta e o método histórico. Fez-se uso da história oral, abordando a trajetória de vida dos agricultores assentados para compreender o momento da luta pela terra por meio de memórias passadas e narrativas atuais referentes ao modo de vida e à relação com a natureza, mediada pela prática da agricultura. Contou-se, para tanto, com entrevistas semiestruturadas em 26 dos 41 lotes existentes¹⁵, onde houve um levantamento de dados mais sistematizado.

A pesquisa foi completada com a análise de documentos oficiais em arquivos públicos e particulares e, ainda, com entrevistas semiestruturadas¹⁶ e estruturadas, realizadas com técnicos da ONG Centro de Agricultura Alterna-

¹⁵ Todas as entrevistas citadas ao longo do texto a seguir foram realizadas em trabalho de campo no Assentamento Tapera, em agosto de 2007. As afirmações estão transcritas tal qual foram expressas pelos respondentes.

¹⁶ Objetivou-se apontar as principais questões propostas na entrevista estruturada.

tiva do Norte de Minas (CAA-NM), que assessora os assentados em questão há mais de uma década.

ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO TAPERÁ

As experiências agroecológicas, ora em estudo, situam-se nos topos aplainados da Serra do Espinhaço, em uma área de transição fisionômica entre os domínios do Cerrado e da Caatinga, inserida climaticamente na região do Semiárido brasileiro. O assentamento Tapera se originou por meio da desapropriação da fazenda de mesmo nome. A luta pela desapropriação iniciou-se quando o então proprietário da fazenda decidiu vendê-la para uma empresa reflorestadora, apesar de que viviam então na área da fazenda (4.057 hectares) 47 famílias posseiras, ligadas em sua maioria por relações de parentesco, que deveriam deixar a área caso a fazenda fosse realmente vendida. Após mais de uma década de litígio e conflitos pela posse da terra, e por meio da mediação de organizações da sociedade civil, como a CPT e o CAA-NM, foi criado em 1995 o PA Tapera.

O habitante do PA Tapera carrega consigo uma experiência de plantio sem uso de insumos químicos externos, uma vez que, por motivos diversos, o “pacote” da revolução verde não chegou até ele. Além disso, ele exerce muitas outras práticas consideradas sustentáveis, recomendadas atualmente por correntes da “agricultura ecológica” e pela agroecologia, como a diversificação cultural e genética, o consorciamento da produção com plantas leguminosas e o uso de variedades tradicionais (caboclas) mais resistentes e adaptadas às condições ambientais locais, entre outras práticas.

A seguir, serão apresentadas algumas narrativas para compreender como se deu a construção da agroecologia no assentamento em questão, abordando as mudanças e inovações incorporadas pelos assentados em virtude das orientações da assistência técnica. Ressalta-se que a assistência técnica é prestada desde o início nesse Projeto de Assentamento (PA) por uma ONG, que orienta sua intervenção fundamentada nos princípios da agroecologia. As entrevistas realizadas em campo apontaram que as recomendações técnicas são seguidas pela maioria dos assentados. Um levantamento realizado no PA Tapera em 2003 pelo Inbra corrobora essa afirmação, pois aponta que 100%

deles não utilizam agrotóxicos nem fertilizantes químicos, usam somente sementes crioulas e não praticam queimadas, salvo no primeiro ano de cultivo. Ainda apontou que 60% dos assentados relataram utilizar faixas de retenção nas roças, e 30% indicaram o uso de defensivos alternativos (INCRA, 2003).

Pontualmente, os assentados entrevistados indicaram as principais recomendações técnicas, entre as quais as mais citadas nas entrevistas foram: “não queimar”; manter a “cobertura morta” no solo; desmatar, deixando “faixas de retenção”; plantar, seguindo as “curvas de nível” do terreno; e fazer o controle alternativo de pragas e doenças.

A principal mudança efetivada pelos agricultores após a criação desse assentamento rural, citada por todos os 26 assentados entrevistados, foi o abandono da prática tradicional de queimadas, que ocorria após a colheita da produção e fazia parte do preparo da terra, uma prática que os assentados denominam de “queimar o cisco”. Outra prática diretamente associada a essa, citada por 23 assentados (88,5%), relaciona-se à formação do que a linguagem nativa denomina de “cisco”, o que na linguagem científica é chamado de formação de “cobertura morta” no solo.

Também 88,5% dos assentados entrevistados, isto é, 23 dos 26 assentados, mencionaram que realizam o plantio consorciado¹⁷, ou seja, plantam diversas culturas agrícolas concomitantemente. No assentamento, são realizadas e identificadas tanto as interações temporais de culturas, isto é, a rotação de cereais com leguminosas (por exemplo, do milho com o feijão), quanto as interações espaciais dadas pelo cultivo concomitante de várias espécies.

As sementes tradicionais ou crioulas são utilizadas por todos os assentados. Considera-se que a tradição de produzir, armazenar e trocar sementes crioulas, como ocorre no Tapera, pode representar para o agricultor assentado tanto a garantia de uma semente de qualidade mais resistente e adaptada às condições ambientais do local, quanto a diminuição dos custos de produção, por não haver a necessidade de aquisição desse insumo no mercado, o que gera maior autonomia para esse agricultor.

¹⁷ No geral, não foi perguntado diretamente e nesses termos se a família realiza o plantio consorciado; foram utilizadas perguntas mais abrangentes, como “como que você planta?” e outras congêneres, e, baseando-se nas análises das entrevistas, identificaram-se as famílias que tratavam do plantio consorciado. É claro que a linguagem nativa utiliza-se de outras denominações indicativas dessa mesma prática.

O emprego da curva de nível em áreas destinadas à produção agrícola com significativa declividade constitui-se em uma prática de conservação do solo, que evita o carreamento de matéria orgânica por causa das chuvas e da erosão do solo. Essa prática foi identificada em 17 das 26 entrevistas, ou seja, 65,3% afirmaram que passaram a fazer uso de curva de nível após terem ido para o assentamento. Outra prática adquirida pelos assentados em razão das recomendações constantes da assistência técnica foi a preservação de faixas de vegetação na formação de áreas de pastagens, e 46% dos entrevistados fizeram referência à preservação destas. Esse sistema se baseia no desmate de uma faixa da vegetação e na preservação de outra, seguida pelo desmate de outra faixa e, assim, sucessivamente.

Um fato interessante que pode causar algum estranhamento inicial foi a negação da existência de pragas na plantação ou a afirmação da sua existência em uma proporção ínfima, que não teria o potencial de causar estragos na plantação. Na verdade, com os depoimentos dos assentados, foi sendo notado que, embora existam os organismos e microrganismos potencialmente danosos às plantações, a lógica que rege o processo e a organização do sistema de produção efetivado no assentamento contribuem para que esses organismos potencialmente danosos à agricultura não se transformem em pragas, de fato.

O controle de pragas e doenças por esses agricultores que passaram a fazer parte do assentamento era feito tradicionalmente por meio de processos naturais, designados localmente como “remédio do mato”. Dessa forma, o uso de agrotóxicos na produção agrícola não fazia parte da realidade desses agricultores, conforme salientado na fala de Zé de Tico: “nós foi nascido e criado sem mexer com veneno”. Isso continuou sendo uma realidade depois que os agricultores foram beneficiados com os lotes no assentamento. Dessa forma, o que antes poderia ser a falta de possibilidades de acesso a insumos químicos (mesmo com as oportunidades dadas pelos financiamentos da produção), entre eles os agrotóxicos, estes continuaram não fazendo parte da realidade produtiva desses agricultores. Esse fato também é relacionado aos princípios norteadores da assistência técnica, cujo projeto técnico elaborado não incluía a aquisição de quaisquer insumos químicos. Sendo assim, na ocasião das entrevistas realizadas com os 26 assentados, todos declararam não fazer uso de agrotóxicos: “nós nunca precisou usar veneno aqui pra nada”, expôs o assentado João Tiú.

Foi indagado aos assentados se eles têm o costume de mudar de área de plantio dentro do lote, e se veem a necessidade de deixar a terra em que plantam descansar por um período. Todas as respostas dos assentados entrevistados convergiram para a negação da realização da prática do pousio. Um dos assentados acredita que, se a área de plantio fosse abandonada, o ambiente se regeneraria. Afirma ainda que a terra por ele cultivada não tem necessidade de descansar, posição reafirmada por Chico, que elucida que hoje em dia “o adubo vai ficando, você gradeia o adubo, não deixa que a terra vai desvalorizando. Cada vez que você gradeia, a terra vai é afundando mais. E, com adubo, a terra vai ficando mais forte, mas fértil, vai ficando melhor”, podendo este ser um indicador do uso sustentável da terra no assentamento. Esse fato leva à suposição de que as terras cultivadas estão em boas condições de produção em virtude das práticas de conservação empregadas no manejo do solo.

As entrevistas apontam especialmente duas práticas como responsáveis por essa melhoria das condições gerais do solo cultivado, tendo sido as mais citadas pelos assentados: “não queimar” e “deixar o cisco” se decompor no solo, o que certamente estaria contribuindo para a formação da matéria orgânica e promovendo a fertilidade do solo. Porém, a manutenção de sistemas produtivos complexos, com elevada diversidade, também ajuda a explicar a estabilidade do agroecossistema e a continuidade da produtividade em longo prazo.

Ainda se nota, como elemento facilitador para a incorporação de práticas agroecológicas, a presença de um assentado que, de maneira geral, percebe o ambiente em que está inserido por meio de uma visão sistêmica, não reducionista ou fragmentária. Tal visão possibilita ao assentado entender com facilidade as interações e as causalidades do agroecossistema, o que permite a ele organizar sua ação com base em objetivos de longo prazo e não imediatistas.

Algumas observações sobre a construção da agroecologia no Assentamento Tapera

Buscou-se conhecer a história, os fatos e os personagens envolvidos com a constituição do assentamento, ponto de partida para a compreensão da experiência agroecológica analisada. Por meio de narrativas dos agricultores assentados sobre o modo de vida e as práticas agrícolas anteriores à sua vinda para o assentamento, percebeu-se a importância estratégica do conhecimento tradicional e da forma, definida por ele, de manejar a terra, que foram com-

preendidos como elementos facilitadores para a incorporação da experiência agroecológica.

Infere-se que não houve uma ruptura radical na forma tradicional de produzir e de lidar com a natureza em virtude da intervenção da assistência no assentamento, já que sua proposta estava orientada e baseada na concepção de desenvolvimento rural que é fundamentada nos princípios da agroecologia, segundo a qual se acredita na potencialidade do conhecimento local e tradicional, e no desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. A análise dessa experiência demonstrou que a combinação de sistemas tradicionais de uso da terra, em conjunção com algumas práticas agroecológicas, resultou em sistemas produtivos que configuraram – não por esse motivo exclusivamente – melhorias nas condições de vida dos agricultores assentados.

Observou-se também que a inserção dos agricultores na luta pela terra – por meio da mediação da Comissão Pastoral da Terra, do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da ONG CAA – formou indivíduos com uma ampla capacidade de refletir criticamente sobre a realidade social que os cercam e de entender os interesses que estão em jogo, aprendendo, durante essa luta, a importância da participação, da organização e da articulação política como forma de alcançar seus direitos e objetivos almejados. Outro fator que pode contribuir para explicar a permanência da experiência agroecológica é o profundo conhecimento que esse assentado possuía das potencialidades e das limitações do ambiente em que estava inserido, já que todos eram do município em que foi implantado o PA. A maioria era da mesma comunidade rural, e alguns eram de comunidades vizinhas. Assim, todos eram agricultores, e muitos dos que anteriormente eram posseiros, após a desapropriação, continuaram no mesmo lugar de morada em que viveram e cultivaram ao longo de toda sua vida.

Assim, na postura e no comportamento do assentado do PA Tapera, pode-se encontrar uma das possíveis respostas para a continuidade das experiências agroecológicas, pois se considera que esse assentado conseguiu compreender, com algumas variações, a proposta da agroecologia, incorporá-la, assimilá-la e efetivá-la na prática cotidiana. Essa afirmação confirma-se na medida em que, por meio de práticas simples, de comprovada eficácia, confirmada com o auxílio de experimentações *in loco*, os agricultores – considerando as oportunidades mercadológicas que se abrem para o produto agroecológico – têm preferido e constatado as vantagens de seguir o sistema agroecológico de produção.

Pode ser notado ainda que, desde o parcelamento do PA Tapera, a lógica de uso e ocupação do espaço esteve permeada pelos princípios da agroecologia, muito em razão da assessoria técnica e política do CAA-NM, constante nas fases de planejamento e execução do projeto de desenvolvimento do assentamento. Essa assessoria se deu mediante uma proposta de assistência técnica em que houve a opção por orientar práticas de manejo e produção mais adequadas à realidade socioeconômica, cultural e ecológica local. A análise da experiência agroecológica do Assentamento Tapera evidencia que “construção” é o termo que melhor descreve esse processo social, em permanente mudança.

Percepção das melhorias

A percepção pessoal de melhora de vida foi indicada por 100% dos entrevistados (26 assentados), tendo como parâmetros a vida antes e depois do assentamento. A percepção dessa melhoria, encontrada nas falas dos assentados, comumente está associada à segurança de ter conquistado um “pedaço” de terra. Está associada também à incorporação de algumas práticas reconhecidas como agroecológicas, incentivadas pela assistência técnica, que resultaram no aumento da produção e da segurança alimentar e na possibilidade de comercialização da produção por meio da cooperativa Grande Sertão¹⁸, assessorada pela ONG CAA-NM.

As mudanças no “sistema de produção agrícola” ou no modo de trabalhar a terra, denominado aqui de agroecológico e propiciado pela presença da assistência técnica, foram a segunda causa mais frequentemente relacionada à percepção de melhoria de vida, tendo sido precedida apenas pela sensação de liberdade por causa da “conquista da terra”. Todos os 26 assentados entrevistados afirmaram estar satisfeitos com o trabalho do técnico que os assessorou.

Os assentados, em geral, avaliam que a introdução de práticas agroecológicas foi favorável, não obstante as dificuldades iniciais de adaptação, quando abandonaram algumas práticas e incorporaram outras. Quanto a isso,

¹⁸ A Cooperativa Grande Sertão foi fundada em 2003 e abrange mais de 1.500 famílias, de 148 comunidades rurais, situadas em 21 municípios da região do Norte de Minas (CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS, 2006). A Cooperativa repassa parte da produção do assentamento para um programa do governo federal intermediado pela CONAB. A comercialização no assentamento Tapera é realizada por meio da Cooperativa Grande Sertão ou por comerciantes locais.

o técnico que os assessora conta que realmente “no início foi muito difícil”, mas, segundo ele, isso faz parte do processo de aprendizagem; tudo que é novo causa medo, e aos poucos os agricultores foram aderindo à proposta agroecológica.

O assentado G.J.P.¹⁹ afirma que algumas práticas tradicionalmente utilizadas no manejo da terra, antes da criação do assentamento, eram desfavoráveis à fertilidade do solo, e que atualmente “o sistema” que utiliza melhorou a produção: “tinha roça mesmo que tinha época que não dava mais nada. Agora não, com o cisco que nós tá deixando parece que a terra tá só melhorando. O mantimento mesmo sai mió”. O assentado A.S. também observa as melhorias na produção: “melhorou bastante. Cupim mesmo, né, antes estragava muito os mantimentos, não achava o que eles comia. Agora não; larga espaiado, ataca mais as folha que fica na terra e não ataca mais os mantimento”. Essa é uma das afirmativas que enfatizam a ideia de que as práticas adotadas promoveram um maior equilíbrio ecológico do agroecossistema.

Houve alusão ainda ao aumento da produtividade, a terceira causa mais citada que foi relacionada à sensação de melhoria de vida. O aumento da produtividade, por sua vez, frequentemente se associa, para os assentados, à incorporação de algumas práticas reconhecidas como componentes das recomendações agroecológicas. A observação sobre o aumento da produtividade, apesar de ser predominante, não é consensual, como pode ser notado por meio da citação da fala de um dos assentados: “às vezes, quando produz agroecologicamente, você não produz tanto, mas tem uma coisa diferente que é a qualidade do produto, [...] com os apoio, com as articulação, a gente consegue aumentar essa qualidade”. Ou seja, mesmo que não seja unânime a percepção de maior produtividade, existe menor perda na produção, e tem-se a oportunidade de comercializar um produto com maior valor de mercado.

As possibilidades geradas pela criação do assentamento ampliaram também oportunidades de expansão da produção desses agricultores, como descrito pelo assentado C.P.S., ex-agregado da fazenda desapropriada: “a gente tá produzindo bem mais, aumentou a área, tem as grades que toca com o boi. Isso adianta demais, né. Porque antes não podia, né. O fazendeiro não deixava você fazer uma roça boa, cercá ela, fazer um pasto; não podia”. A

¹⁹ Foram utilizadas siglas nos nomes a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

mesma ideia foi anunciada por G.S.P.: “melhorou mais porque a gente deu pra plantar mais roça”, já que, estando submetido ao proprietário da fazenda, essa possibilidade era bastante restrita. Essa percepção sobre o crescimento da produção, dada pela expansão da área de plantio, está diretamente ligada à existência de uma política pública de financiamento voltada para a categoria dos assentados e também ao direcionamento dos projetos produtivos elaborados pela assistência técnica.

O sentimento de segurança alimentar, a quarta causa explicativa mais frequente nas narrativas dos assentados, também se deve, em grande medida, à existência de políticas públicas voltadas para os projetos de assentamento e às orientações no campo produtivo derivadas da assistência técnica. O alimento proveniente do Assentamento Tapera, por ser produzido sem utilização de agrotóxicos nem fertilizantes químicos, é considerado mais saudável, o que contribui para a qualidade de vida do produtor desse alimento, como ressalta A.P.S.: “a qualidade é melhor; não envenena a pessoa, não mata a pessoa; em vez de destruir a vida, constrói a vida”, notando as vantagens também do ambiente em que é produzido. Além do mais, considera importantes as possibilidades mercadológicas geradas pelo sistema agroecológico de produção, dizendo que: “é melhor, se você olhar a questão do mercado”.

A maior capacidade adquirida de comercialização da produção e a venda desta por meio da cooperativa de “produtos agroecológicos”, assessorada pelo CAA, foram a quinta causa mais relacionada pelos assentados à percepção de melhora de vida.

Segundo informações obtidas em campo, vender para a cooperativa é mais vantajoso para o agricultor, pois consegue um preço melhor, o que não ocorre, segundo A.P.S., se for vender para um atravessador ou comerciante na cidade. Ele destaca que o assentado do Tapera “só consegue vender por um preço diferenciado porque tem a Cooperativa Grande Sertão, [...] você consegue receber um preço melhor”, confirma. Um dos assentados, sócio da cooperativa, salienta que “há uns tempo atrás, o agricultor só tinha o atravessador”.

A agregação de valor ao produto, quando comercializado por meio da marca Grande Sertão, se deve ao beneficiamento e processamento que esse produto recebe e ao apelo embutido na divulgação da marca da cooperativa formada por agricultores familiares agroecológicos e agroextrativistas. Assim,

as possibilidades geradas pela comercialização de boa parte da produção dos assentados, por meio da cooperativa, têm contribuído para a percepção de melhoria de vida, que pode ser visualizada no depoimento da assentada J.S.: “depois da cooperativa, nossa vida mudou muito, porque antigamente às vezes perdia muito mantimento porque você não achava aonde vender, não tinha um mercado garantido, e hoje, graças a Deus, a gente tem”. Para ter uma nítida ideia da agregação de valor ao produto comercializado por meio dessa cooperativa, um assentado expõe que “às vezes você vende um saco de milho por R\$ 25,00/R\$ 30,00; como semente selecionada, você consegue vender por R\$ 80,00/R\$ 90,00; é outra coisa”.

Entende-se que todos esses fatores que contribuíram para o sentimento de satisfação na vida dos assentados estão interligados, ou seja, a existência do sistema agroecológico está relacionada à existência e à perspectiva de orientação da assistência técnica no assentamento; ambas têm participação importante no aumento da produção, bem como responsabilidade pela abertura de novas possibilidades de comercialização. A citação a seguir sintetiza o significado da melhoria das condições de vida na perspectiva de um assentado:

A avaliação que eu tenho feito é que, quando eu olho de onde eu saí, da comunidade de onde vim e quando entra lá dentro [...] quando a gente olha essa realidade, [...] eu não vou dizer só bens materiais nem a comida, por exemplo, porque, graças a Deus, a cada dia a gente consegue entender que está se melhorando, mas na sua vida, na cara da realidade do que você vive ali, é que acha muita diferença, olhando para o social, olhando para produção, a vida social, é onde a gente vê; a diferença taí.²⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, buscou-se perceber o que tornou a construção social da experiência agroecológica no Assentamento Tapera possível e realizável.

Pode-se afirmar que a inserção dos *mediadores sociais* no conflito pela posse da terra e sua atuação em distintos momentos, desde a criação do PA até a assessoria aos projetos de desenvolvimento, consolidação e emancipação do Assentamento Tapera, criaram oportunidades políticas para a construção da

²⁰ C.C.C., assentado, em entrevista em agosto de 2007.

experiência agroecológica nessa área de assentamento rural. Estabeleceu-se, paralelamente, uma relação de confiança entre os assentados e os mediadores, tendo-se criado as bases da credibilidade destes últimos e beneficiado o entendimento e incorporação das propostas técnicas e políticas dos mediadores. Porém, a atuação dos mediadores sociais não explica exclusivamente a construção social da agroecologia, apesar de possuir uma função basilar para a ocorrência e permanência desse fenômeno.

Outro elemento que subsidiou a compreensão da construção da agroecologia no assentamento pesquisado foi a abordagem da *trajetória de vida* dos agricultores assentados, que permitiu entendê-los como integrantes de uma população tradicional que habita o ambiente dos “gerais” no meio rural do norte-mineiro, portadores de uma identidade coletiva, reconhecida sob a nomeação de “geraizeiros”. Dessa forma, entende-se que o modo de vida tradicional desses agricultores, seu conhecimento apurado sobre as potencialidades e limites do ecossistema em que estão inseridos e a necessidade de conservação desses recursos ao longo do tempo ajudam a explicar a relativa facilidade dos agricultores em incorporar os princípios agroecológicos contidos na proposta da ONG mediadora, não demandando uma ruptura radical na forma tradicional de manejo dos recursos.

Considera-se que o *aprendizado propiciado pela luta pela terra* – espaço e tempo de formação de sujeitos políticos – modificou o comportamento de passividade típico dos agricultores em questão e característico de grupos dominados e submetidos a relações desiguais de poder. Não se pode deixar de citar a atuação de organizações da sociedade civil que cumpriram um papel fundamental nesse processo de formação de sujeitos sociais e políticos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, os principais mediadores no momento do conflito fundiário.

Salienta-se que a proposta da agroecologia não partiu espontaneamente dos próprios agricultores. Entretanto, isso não quer dizer que essa proposta tenha sido imposta pelos mediadores; pelo contrário, diversos assentados entrevistados afirmaram participar efetivamente da construção dos projetos técnicos implantados no assentamento. Assim, afirma-se que, da *forma com que foi construída a orientação dos projetos* – sempre contando com a participação efetiva dos assentados que decidiam coletivamente sobre seus rumos, associada ao respeito e resgate de saberes e práticas tradicionais de manejo –, essa proposta se mostrou mais condizente com a realidade sociocultural e pro-

dutiva desses agricultores assentados. Dessa forma, o serviço de assistência técnica tem ganhado importância, na medida em que priorizou uma abordagem metodológica de cunho construtivista e participativa.

Observou-se que as orientações técnicas conseguiram eliminar algumas práticas que se comprovaram, em longo prazo, insustentáveis, e foram auxiliadas pela experimentação participativa e conduzidas pelos próprios agricultores assentados. Por meio de uma observação e comparação criteriosa, os assentados puderam notar os benefícios de novas práticas, técnicas e procedimentos na agricultura, considerados mais adequados à realidade da categoria dos agricultores familiares com baixa disponibilidade de capital, trabalho e terra. Essas práticas passaram a ser incorporadas na medida em que as vantagens comparativas se faziam evidentes.

De modo geral, as inovações adotadas pelos agricultores assentados representam procedimentos de fácil condução e tecnologias acessíveis e de baixo custo, baseadas primordialmente em recursos endógenos. A proposta da assistência técnica da ONG CAA, em que a agroecologia é referência norteadora, certamente induziu a uma (re)orientação no campo do produtivo mais condizente com as possibilidades e necessidades dos assentados e com as potencialidades e limitações características do lugar de realização dessa experiência.

Outro elemento considerado importante para a construção e continuidade dessas práticas agroecológicas, mesmo na ausência de uma assistência técnica mais efetiva e pontual nos lotes, foi a *elevada capacidade dos assentados de se organizarem internamente, de se articularem* com outros atores e organizações locais e supralocais, e de atuarem eficazmente em situações que requereram mobilização para alguma mudança social desejada pelo grupo. Assim, a forte união do grupo e a participação coletiva nos diversos âmbitos de decisão contribuíram para a existência de um projeto comum para constituir um assentamento diferenciado dos demais. Essas são as evidências que concorrem para a construção social da agroecologia no assentamento Tapera.

A análise da experiência social desenvolvida no Assentamento Tapera confirmou que esse assentamento, no que se refere ao padrão tecnológico, orientou-se pela proposta da agroecologia, ao contrário da realidade da maioria dos PAs no País. Outro fator que merece ser destacado, no caso estudado, é que é por meio das proposições da agroecologia que os agricultores assentados

têm conseguido quitar todos os financiamentos adquiridos, não apresentando inadimplência nas instituições financeiras, comprovando a viabilidade técnica e econômica dessa proposta. Contudo, nota-se que, no assentamento Tapera, a proposta da agroecologia transcende o aspecto da viabilidade econômica e representa mais do que uma estratégia de sobrevivência e reprodução social para a categoria dos agricultores familiares, uma vez que contribui para o ideal de sustentabilidade em suas dimensões social, cultural, política e ambiental.

Um dos indicadores positivos, associados às consequências da adoção da agroecologia pelos assentados do Tapera, pode ser recorrentemente encontrado em suas falas relacionadas às indicações de melhoria nas condições de vida em termos de possibilidade de melhoria no provimento de serviços sociais ou acesso a eles. Em outras palavras, referem-se a melhorias nas áreas da saúde, educação, moradia e infraestrutura básica (saneamento, energia, água potável e canalizada e estradas), além da melhoria da renda familiar, que lhes permitem ter acesso a serviços e bens de produção e consumo. Apesar de se ter enfatizado, no estudo de caso, a construção da agroecologia mais no âmbito de um conjunto de práticas ou procedimentos adotados na agricultura, ou baseando-se no desenho de um novo sistema de produção com vista à conservação dos recursos naturais, ressalta-se que essa abordagem considera que a construção de sistemas complexos, de alta diversidade, está intrinsecamente correlacionada às estratégias sociais que permitem obter maior equidade, estabilidade, segurança alimentar e autonomia, isto é, uma melhoria nas condições gerais de vida dos agricultores assentados.

Com base no estudo de caso, tendo por referência uma realidade geográfica delimitada, comprovou-se o potencial da proposta da agroecologia como uma alternativa de promoção do desenvolvimento. Tal proposta, em conjunto com políticas públicas para os assentamentos rurais, com a atuação da associação dos assentados do Tapera e dos mediadores sociais envolvidos, provocou a convergência de ações desses atores, que estão dando passos largos em direção à “eliminação das privações de liberdade”, na concepção de desenvolvimento dada por Amartya Sen, de expansão das liberdades substantivas, isto é, maiores oportunidades econômicas, maiores liberdades políticas e aumento das facilidades sociais (acesso à saúde, educação, etc.).

Pode-se considerar que existe uma concepção ideal da agroecologia, do que se idealiza que ela seja. Contudo, cada lugar, com suas especificidades,

construirá sua prática e sua experiência com base em princípios norteadores, pois as apropriações e implementações práticas da agroecologia dependerão dos atores e agentes sociais que vão incorporá-la, significá-la e construí-la com outros agentes (agricultores) que, por sua vez, vão (res)significá-la e implementá-la na prática cotidiana.

Desse modo, não se teve a intenção, ao estudar a experiência agroecológica no Assentamento Tapera, de mistificá-la ou torná-la referência de um conjunto de procedimentos que devem ser difundidos para outras realidades, ou torná-la um “modelo” a ser seguido por outros assentamentos rurais. Pelo contrário, procurou-se enfatizar as especificidades que possibilitaram a construção dessa experiência, que conformaram a realidade que aqui se procurou desvendar, representativa de uma evidência concreta de que existem alternativas sociais e econômicas bem-sucedidas à concepção hegemônica de desenvolvimento. Evidencia-se que a proposta da agroecologia, da forma como está sendo conduzida na experiência estudada, pode representar a resistência e o fortalecimento político da categoria dos agricultores familiares, na medida em que busca garantir a emancipação política, a soberania alimentar, a conservação da natureza e a permanência dos agricultores assentados no espaço rural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. **A Construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, S. G; PETERSEN, P. **Rincões transformadores**: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da rede PTA. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004. Projeto Olhar crítico.
- ALMEIDA, S. G; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases conceituais da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2002.
- CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS. **Sistematização da experiência do CAA/NM**: gestão de territórios em redes sócio-técnicas. Montes Claros, 2006. Projeto ATER/AMA

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). 2004. 199 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ESTEVA, G. **Desenvolvimento**. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia do conhecimento como poder. São Paulo: Vozes, 2000.

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVERA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004b. p. 207-254.

GONÇALVES, C. W. P. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004a. (Coleção Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização).

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**. São Paulo: Nobel, 1993.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para una agricultura sustentable. (Org.). Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999. cap. 1, p. 15-30.

INCRA. **Plano de Consolidação do Assentamento – PCA Tapera**. Riacho dos Machados, 2003. Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária. Documento interno do Incra.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão sem nome. 1993. 239 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L. S. (Org.). **Impactos dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília, DF: IICA: Nead; São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LTEIF, A. P. A. S. A. **A construção social da agroecologia no Assentamento Tapera, em Riacho dos Machados, Minas Gerais**. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

A. P. A. S. A. Lteif et al.

- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MOONEY, P. **O escândalo das sementes**: o domínio na produção de alimentos. São Paulo: Nobel, 1987.
- NOVAES, R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- SANTOS, B. S. **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.
- SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ GARAVITO, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-77.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEVILLA GUZMÁN, E. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 19-32.
- SILVA, J. G. da; HOFFMANN, R. A estrutura agrária brasileira. In: CONTADOR, C. R. **Tecnologia e desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: Ipea: Inpes, 1975. p. 233-265.
- SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. cap. 1.

Trabalho recebido em 24 de setembro de 2010 e aceito em 16 de maio de 2011.